

Alagoas 2000-2018

Cícero Péricles de Carvalho
Doutor em Economia pela Universidade de Córdoba/ Espanha
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL

Resumo

Nos anos 2000-2018, a economia alagoana, cada vez mais integrada à economia brasileira, reafirmou seu caráter urbano, centralizando suas principais atividades econômicas nos setores de comércio, serviços e administração pública. A área agrícola de Alagoas vem sendo modificada pelo recuo do setor sucroalcooleiro, permitindo um avanço de uma ainda incipiente diversificação agrícola e da pecuária leiteira, que amplia sua presença tanto na zona da mata como no sertão. Na parte urbana, as atividades comerciais e de serviços cresceram pelo consumo popular, estimulado pelas políticas de transferência de renda, principalmente da previdenciária e do programa Bolsa Família. Como decorrência, o setor comercial, liderado pela rede atacadista, representa o seu principal eixo; no setor de serviços, o destaque é o turismo, uma atividade que aproveitou bem o crescimento regional. O setor químico se fortaleceu com a chegada de novas indústrias, e um processo de industrialização, baseado nas micro e pequenas empresas, vem se firmando nos bairros da capital e cidades do interior. Neste período, a sociedade alagoana, mesmo ocupando uma posição inferior na média nacional, alcançou uma melhoria nos seus indicadores sociais, elevando o nível educacional, a renda média, ampliando o acesso a bens de consumo e reduzindo o grau de pobreza da população que se tornou sua marca histórica mais conhecida.

Palavras-chave

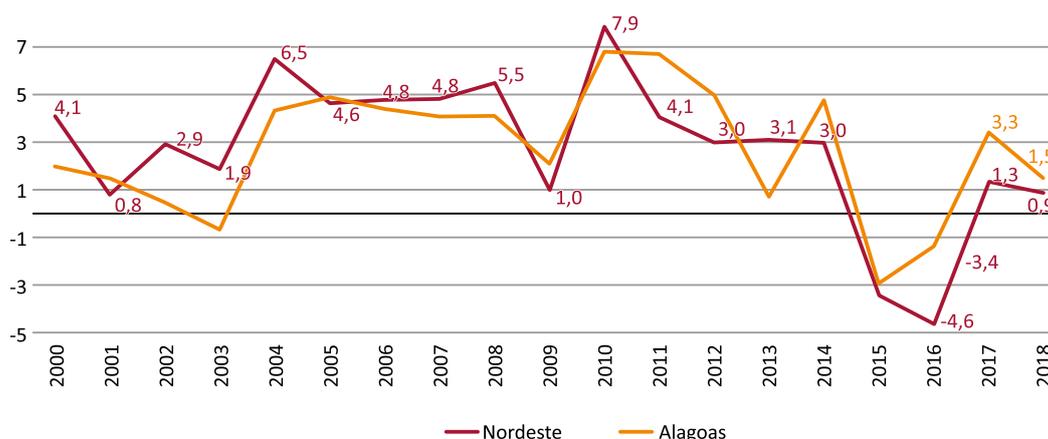
Alagoas. Nordeste. Economia Alagoana. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento e Alagoas.

1 Introdução

No século XXI, Alagoas atravessou um processo de crescimento populacional, passando de 2,8 milhões de habitantes em 2000, para 3,3 milhões, em 2018. Nesse intervalo de tempo, a população urbana aumentou sua participação de 68% para 74%. Enquanto isso, a economia, acompanhando essa tendência demográfica, elevou suas atividades caracterizadamente urbanas, como comércio, serviços e administração pública, que passaram de 56% do PIB estadual, em 2002, para 73%, em 2016, reduzindo ainda mais a presença da agropecuária de 23% para 15%, e do setor industrial, centrado na agroindústria, que recuou de 21% para 12% do produto interno (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002-2016). Essas modificações na estrutura econômica do Estado alteraram, por sua vez, os indicadores sociais de maneira significativa.

Neste período recente (2000-2018), à semelhança do que aconteceu no âmbito regional, a economia alagoana, fortemente integrada e conectada ao desempenho nacional, obteve taxas positivas de crescimento na maior parte dos anos, refletindo de maneira próxima os resultados em âmbito nacional e regional. No entanto, podemos dividir este período de tempo em três etapas distintas: a primeira, de crescimento lento, entre 2000 e 2003, quando a economia estadual obteve três anos seguidos de taxas baixas, e um ano de resultado negativo, em 2003; a segunda, de crescimento mais rápido, entre 2004 e 2014, com uma taxa média anual de 3,87%; e a terceira e atual etapa, entre os anos 2015 e 2018, marcada por uma forte retração econômica, com dois anos de taxas negativas, seguidos de dois anos de recuperação lenta (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Nordeste e Alagoas - Variação (%) do Produto Interno Bruto - 2000 a 2018



Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002-201; BOLETIM REGIONAL, 2019).

No plano nacional, a etapa de crescimento lento (2000-2003) refletiu um período influenciado pela crise internacional, pelas incertezas de um ano eleitoral (2002) e o primeiro ano de governo liderado pelo PT, marcado pelo ajuste fiscal. Os anos 2004-2014 de crescimento mais rápido coincidiram com o redirecionamento macroeconômico voltado para o desenvolvimento do mercado interno, contando com uma conjuntura internacional favorável para a economia nacional, quando o país obteve taxas médias mais altas que as do período anterior. Os anos 2015-2018 são de recessão e recuperação lenta, marcados pela instabilidade política e retração econômica, num cenário internacional desfavorável.

2 Os Anos de Crescimento Lento (2000-2003)

Nesta etapa, a economia do Nordeste reproduzia as dificuldades regionais que eram influenciadas por aquelas enfrentadas pelo cenário nacional, principalmente pela crise fiscal. No entanto, o desempenho econômico dos estados nordestinos era diferenciado, refletindo as suas especificidades locais. Em Alagoas, o resultado desse período de crescimento lento decorre, em parte, da crise fiscal de 1997, que derrubou o governador do Estado, substituindo-o pelo vice e por uma equipe com alguns secretários indicados pelo governo federal. Essa intervenção deixou a administração estadual sem capacidade de atuação autônoma e, por duas décadas, o Estado viveu sob o signo da gestão da dívida, que comprometia os limitados recursos orçamentários necessários para os gastos com custeios ou investimentos.

Na segunda metade dos anos 1990 e começo dos anos 2000, numa conjuntura marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento regional, a economia alagoana se ressentia da falta de investimentos federais ou privados, um quadro agravado pela inexistência de políticas sociais compensatórias amplas. Neste período, as instituições federais de intervenção regional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) - foram limitadas por processos diferenciados que levaram à redução de investimentos.

A crise nacional tinha retirado da Sudene seu papel de articuladora dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, e a autarquia foi extinta em 2001. O Banco do Nordeste do Brasil, da mesma forma que o conjunto das instituições financeiras federais, enfrentou a redução de pessoal e agências. A CODEVASF atuava limitada pela falta de recursos, e o DNOCS resistiu a uma proposta de extinção em 1999. Até mesmo a Chesf, depois da entrega da usina hidroelétrica de Xingó, em 1997, retrocedeu nos seus investimentos regionais, centrando seus trabalhos nas demandas por ampliação da rede de distribuição.

Neste período, como uma das respostas a esta conjuntura, os maiores estados nordestinos – Ceará, Bahia e Pernambuco – iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, por meio da renúncia fiscal,

como política de atração de empresas, principalmente industriais, que se deslocavam para a Região aproveitando os salários mais baixos, a infraestrutura local e o desenvolvimento de novos mercados. A “guerra fiscal” como ficou conhecida, foi adotada pelos demais estados da Região, cada um oferecendo mais vantagens tributárias, depois das pioneiras iniciativas que ajudaram no crescimento da economia nordestina, principalmente das unidades mais fortes.

Sem o apoio decisivo da rede institucional federal de presença regional, vivendo sua crise fiscal, o Estado de Alagoas perdeu sua capacidade de realizar políticas de desenvolvimento. Mesmo tendo aprovado uma Lei de Incentivos (1993) e um Programa de Desenvolvimento Integrado (1995), não conseguia atrair as indústrias e os investimentos do Sul e Sudeste que se deslocavam para a Região, em virtude de seu estreito mercado local, da ausência de infraestrutura e dos limites na oferta de contrapartidas. Neste mesmo tempo, o setor sucroalcooleiro ainda realizava seu processo de reestruturação depois do fim da regulamentação do setor, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), e a agropecuária sofria com as severas secas de 1992/1993 e 1998/1999. Nestas condições, Alagoas apresentava taxas menores na economia, com a manutenção de seus conhecidos indicadores sociais negativos.

3 Os Anos de Crescimento Rápido (2004-2014)

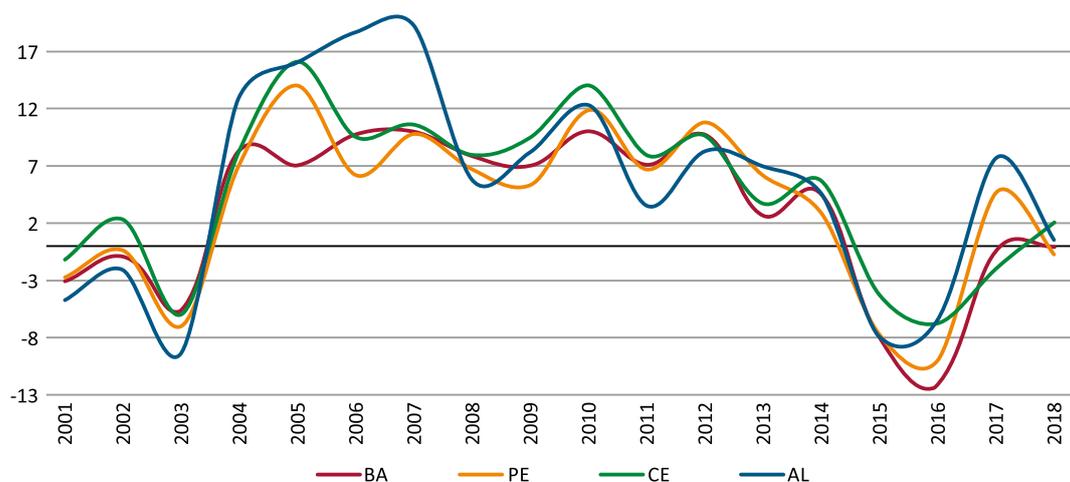
Esse período foi marcado por uma reorientação na política econômica nacional, com a adoção de uma agenda com um forte viés social no sentido de expandir o mercado interno, principalmente com a incorporação dos segmentos de menor renda. O longo ciclo de crescimento da economia brasileira influenciou os resultados dos estados nordestinos. Houve ampliação dos investimentos, aumentando a capacidade produtiva regional, o mercado interno e as possibilidades de emprego nos novos empreendimentos ou nas empresas já instaladas nos setores industriais e de serviços.

O modelo de crescimento econômico, com programas e políticas de inclusão social, teve grandes impactos no Nordeste, ainda que essas políticas federais não tivessem o recorte territorial, nem a definição regional das antigas instituições. Os programas de transferência de renda, pensados nacionalmente, tiveram maiores resultados nas regiões de população de renda mais baixa, favorecendo o Nordeste e seus estados, centralizadores da maioria dos pobres do País. As políticas sociais permanentes, ao ampliar a cobertura da saúde e educação básica, contribuíram para sustentar essa elevação de renda. Essas políticas sociais foram acompanhadas do fortalecimento ou criação de programas de crescimento econômico, alguns com mais penetração na área urbana, como o microcrédito produtivo, bancarização, Minha Casa, Minha Vida, e ampliação da rede federal de ensino (universidades e institutos federais); outros de maior influência nas áreas rurais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Luz para Todos e o Programa Um Milhão de Cisternas.

O desempenho positivo da economia nacional contribuiu para o aumento das transferências constitucionais, que subiram regularmente entre os anos 2004-2014, interferindo tanto nos recursos para as prefeituras e estados, como nos programas sociais, influenciando positivamente nos resultados econômicos regionais. A combinação do crescimento nacional com a intensificação das políticas de transferência de renda e os programas de desenvolvimento de repercussão regional resultaram no aumento dos índices de emprego. Este, ao ser vinculado com o salário mínimo, causava um efeito em cadeia na elevação de remuneração para outros segmentos, mesmo os não formalizados, ampliando a renda dos estratos mais pobres da população.

No âmbito regional, o consumo interno passou a ser uma variável relevante para o resultado econômico, superando os investimentos tradicionais na infraestrutura e nos grandes projetos industriais ou agrícolas. O aumento regular na renda local por meio da combinação entre a recuperação do salário mínimo num mercado de trabalho aquecido, mais a ampliação da cobertura social, principalmente da Previdência Social e do programa Bolsa Família, fez do mercado interno a alavanca para a atração de novos investimentos produtivos e a obtenção de taxas maiores na economia. O *boom* do consumo começa em 2004, em todos os estados nordestinos, e se sustenta entre os anos 2004-2014, refletindo e coincidindo com as taxas mais elevadas de crescimento do PIB (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do varejo na Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas (2001-2018)



Fonte: (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2019).

O “boom do consumo” coincidente com as taxas médias mais altas pode ser compreendido pela combinação de três grandes vetores: a) uma conjuntura nacional de crescimento, capaz de contribuir para os novos investimentos e a formalização da mão de obra, influenciada na sua renda pela valorização do salário mínimo; b) a ampliação das políticas sociais, com interferência imediata na renda e consumo dos segmentos de renda mais baixa; e c) a criação ou fortalecimento dos programas federais de intervenção direta na economia regional, geradores de dinâmica em setores econômicos vinculados aos segmentos de renda crescente.

No Nordeste, nesse período, o número de assalariados contratados duplicou de 4,4 milhões para 8,9 milhões de trabalhadores formais. Em Alagoas, esse contingente subiu de 272 mil, em 2000, para 514 mil, em 2014, quando atingiu o recorde de trabalhadores formalizados neste período. Esse crescimento, no entanto, teve características internas particulares entre os setores econômicos e com uma diferenciada participação entre as faixas salariais. Com a oferta de emprego lastreada em segmentos que admitiam mão de obra com pouca formação profissional (comércio, serviços e construção civil), houve um aumento no mercado de trabalho de Alagoas, entre 2000 e 2015, do número de trabalhadores na faixa salarial correspondente ao intervalo entre um e dois salários mínimos, que passou de 58% para 72% dos contratados, numa conjuntura de aumentos regulares do salário mínimo, com ganho real acima da inflação, de 77% entre 2003 e 2016 (SALÁRIO MÍNIMO..., 2016). Enquanto isso, no mesmo período, os trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários baixam sua presença relativa de 28% para 20%, e aqueles com cinco ou mais salários a viram reduzir de 14% para 8%, no conjunto dos assalariados em Alagoas (Tabela 1).

Tabela 1 – Mercado de trabalho formal em Alagoas - Número de trabalhadores - 2000 a 2018

Faixa Salarial	2000	2005	2010	2015	2017	2018
Até 2 SM's	159.111	251.584	340.138	364.596	353.507	343.792
2-5 SM's	75.105	82.779	92.999	103.811	96.238	100.649
5 e + SM's	37.967	32.753	37.855	40.868	36.918	49.417
Total	272.183	367.116	470.992	509.275	486.763	493.858

Fonte: (ANUÁRIO RAIS, 2019).

O crescimento mais rápido desse contingente com contrato de trabalho atendia, por um lado, a maior demanda de mão de obra nos segmentos que buscavam trabalhadores com pouca qualificação técnica e, por outro, refletia a presença de maior fiscalização de órgãos públicos federais e a pressão sindical mais ativa. As contratações avançavam nos setores voltados, naqueles anos, à demanda dos segmentos de renda mais baixa, que “se convencionou chamar de “público C, D e E”: o varejo e o setor de serviços

nos bairros da capital e nas localidades do interior do Estado, a administração municipal pela demanda crescente por serviços básicos e a construção civil, pela ampliação das obras públicas.

O mercado formal de trabalho teve desempenho diferenciado em cada um de seus setores. O setor sucroalcooleiro, a principal indústria de transformação, estimulada pelos preços do açúcar no mercado internacional e do álcool no mercado interno, apresentou um crescimento regular de sua produção entre os anos 2000-2011, quando atingiu uma safra de 30 milhões de toneladas. Esse segmento emprega um conjunto de trabalhadores permanentes nas suas unidades industriais e na parte administrativa, e uma parcela majoritária de assalariados temporários, os “cortadores de cana”, parcela sujeita a aumento no período de safra, entre os meses de setembro e março.

A construção civil cresceu aceleradamente, triplicando seu contingente de trabalhadores entre 2000 e 2011, quando alcança 37 mil contratados formais no ano de maior volume do programa Minha Casa, Minha Vida, responsável pela construção de mais de 120 mil residências no Estado. Porém, o setor começa a reduzir de tamanho a partir da desaceleração das obras do PAC. A administração pública fez saltar o número de servidores de 90 para 157 mil empregados em 2015, centralizados no funcionalismo municipal, pela ampliação das funções das prefeituras. Os setores de comércio e serviços privados, de forte identidade entre eles, na medida em que trabalham próximos e reagem de maneira similar às conjunturas, foram os mais beneficiados pelo crescimento da renda popular, tanto que, em 2008, os seus empregados superaram o número de funcionários públicos, segmento até então líder do emprego formal no Estado (Tabela 2).

Tabela 2 – Mercado de trabalho formal - Número de trabalhadores - 2000 a 2018

Setor	2000	2005	2010	2015	2017	2018
Extrativa Mineral	483	560	782	1.078	1.134	729
Indústria	61.113	95.978	105.087	79.465	73.438	67.706
Serviços Industriais	2.797	3.713	4.618	5.505	4.902	4.972
Construção Civil	10.159	12.689	27.986	27.383	18.328	18.124
Comércio	32.159	47.063	73.322	89.431	85.504	87.036
Serviços	55.622	69.446	101.442	138.337	138.726	147.566
Administração	89.879	126.999	147.926	157.511	154.052	156.860
Agropecuária	19.971	10.668	9.829	10.565	10.679	10.865
Total	272.183	367.116	470.992	509.275	486.763	493.858

Fonte: (ANUÁRIO RAIS, 2017).

O segundo vetor de crescimento foram os programas sociais. O mais conhecido deles é o Programa Bolsa Família. Este, em 2016, cobria 40% das famílias alagoanas (ver Tabela 3). O papel do Bolsa Família vem sendo muito estudado em pesquisas científicas, destacando-se pela sua função social, ao vincular-se as “condicionalidades” na área de educação e saúde das crianças, reduzindo a pobreza absoluta; pela sua função econômica, de renda familiar, influente nas localidades mais pobres; e pela função política e cultural, no papel de empoderamento das mulheres chefes de família (REGO; PINZANI, 2014).

Tabela 3 – Número de beneficiários e valor do benefício do Programa Bolsa Família em Alagoas - 2010 a 2018

Ano	Famílias	Valor Anual
2010	414.112	482.955.041,00
2012	436.270	684.449.448,00
2014	439.655	871.570.605,00
2016	396.054	853.968.339,00
2018	412.116	922.689.785,00

Fonte: (BRASIL, 2019).

No entanto, o mais importante programa de transferência de renda é o da Previdência Social, que atinge um público maior de famílias, com valores mais expressivos que qualquer outra política social, cujo déficit regional e dos estados é coberto pelos recursos do Tesouro Nacional. No Nordeste são 4,7 milhões de famílias no mundo rural e 1,7 milhão cobertas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em Alagoas, são 524 mil beneficiários em 2017, distribuídos entre 330 mil na parte urbana e 194 mil na área rural, dos quais 116 mil são cobertos pelo BPC. Deste conjunto, 440 mil beneficiários recebem até um salário mínimo (88% do total), 83 mil recebem até cinco salários e apenas dois mil acima de cinco salários mínimos (Tabela 4). Esse conjunto de aposentados e pensionistas, tal como os trabalhadores assalariados, tem seus ganhos vinculados aos reajustes do salário mínimo, afetando a renda de 80% das famílias de Alagoas.

Tabela 4 – Previdência social em Alagoas - 2000 a 2017

Ano	Beneficiários	Valor Pago (R\$)	Arrecadação (R\$)
2000	279.240	678.130.642	173.947.732
2005	319.831	1.422.083.397	495.411.584
2010	434.482	2.974.758.656	878.690.165
2015	504.317	5.322.570.010	1.179.648.654
2017	524.206	6.660.177.191	1.359.039.244

Fonte: (BRASIL, 2013).

O terceiro vetor de crescimento foi o conjunto dos programas que interferem diretamente no processo econômico. Nas áreas rurais são conhecidos: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dedica, em média anual, 30% dos contratos nacionais ao Nordeste; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 35% dos recursos destinados à Região; o Luz Para Todos, que realizou 1,5 milhão de ligações no Nordeste, um pouco mais da metade das ligações nacionais; e o programa Água para Todos, responsável pela construção de 1,4 milhão de cisternas (das quais 59 mil em Alagoas) nos anos 2000-2018, no semiárido nordestino.

Nas áreas urbanas, os destaques foram o microcrédito produtivo, cujo programa CrediAmigo é considerado o maior e mais eficiente da América Latina; o programa Minha Casa Minha Vida que, entre 2009 e 2016, construiu 1,2 milhão de moradias no Nordeste (121 mil para Alagoas), das 4,5 milhões de unidades entregues em todo o País. Neste período, o papel ativo de articulação e financiamento ficou a cargo de uma nova rede institucional de entidades financeiras, como o BNB, Banco do Brasil e Caixa Econômica; e de instituições nacionais como o Sebrae e os Ministérios do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades, cujas agendas de programas e projetos contemplavam os segmentos de renda mais baixa da população brasileira.

4 Os Anos de Recessão e Recuperação Lenta (2015-2018)

Nos anos recentes, da mesma maneira que os períodos anteriores, o Nordeste e suas unidades acompanharam a conjuntura nacional, refletindo o desempenho da economia brasileira nas suas taxas de crescimento negativas nos anos 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%), assim como nos anos de recuperação lenta: 2017 (1,1%) e 2018 (1,1%). O Nordeste foi a região mais afetada nos dois anos de recessão, com taxas negativas em 2015 (-3,3%) e 2016 (-4,6%), e baixas nos anos de recuperação lenta: (1,3) e (0,9), em 2017 e 2018, respectivamente (IBGE, 2019; BOLETIM REGIONAL, 2019).

A queda decorre da dependência da economia regional nordestina e alagoana de seu mercado interno e dos investimentos federais, cujas retrações afetaram esse resultado, pela diminuição do consumo e desaceleração das centenas de obras dos projetos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com arrecadação menor, a União reduz o ritmo das transferências para os estados e municípios. As instituições financeiras sofrem o impacto do ajuste fiscal de 2015 e retrocedem nos investimentos e crédito; que também diminui com a subida da taxa de juros. A política de valorização do salário mínimo, dependente

das taxa de crescimento do PIB nacional, perde ritmo, e, por dois anos, 2017-2018, foi reajustado abaixo do INPC, repercutindo na renda dos assalariados e beneficiários da previdência. Até mesmo o programa Bolsa Família teve redução de cobertura e recursos, nos anos 2015 e 2016. Neste período, ao perder dinâmica, a Região diminui a formalização do emprego, aumenta rapidamente sua taxa de desocupação e de informalidade, afetando a renda regional, firmando-se como a região de maior desemprego no País e o Estado de Alagoas como um dos maiores índices nacionais de desemprego (Tabela 5).

Tabela 5 – Taxa de desocupação (%) no Brasil, Nordeste e Alagoas - 2012 a 2018

Ano	Brasil	Nordeste	Alagoas
2012	7,9	9,7	11,3
2014	7,2	9,3	9,7
2016	10,9	12,8	12,8
2018	13,1	15,9	17,7

Fonte: (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019).

Mesmo acompanhando o desempenho nordestino, a economia alagoana tem dado sinais de reação nos dois últimos anos (2017-2018) com alguns setores se contrapondo à recessão. A volta das chuvas amenizou os efeitos da seca de 2012-2016, melhorando os resultados da agricultura e pecuária. A continuidade dos programas sociais sustenta a renda dos segmentos mais pobres. O turismo nacional beneficiou o mercado interno, e Alagoas teve melhor desempenho no período 2017-2018. Alguns setores industriais, como o químico e o de laticínios, têm reagido positivamente. Nestes dois anos, Alagoas conseguiu um aumento real de receita tributária mais a redução do índice “Grau de Endividamento dos Estados” (ENDIVIDAMENTO..., 2019).

Na década recente, a dívida, o principal problema do Estado, sofreu um processo de modificações. Em 2012, o STF reduziu a taxa de juros de 7,5% para 6% e o valor da parcela de 15% para 11,5% da Receita Líquida Real; em 2014, uma lei complementar aprovada no Senado modificou o antigo indexador (IDG-DI), substituído pelo IPCA, muito mais favorável aos interesses estaduais; em 2016, a dívida teve seu perfil alongado para mais vinte anos, sendo recalculada em seus contratos desde 1998, pela Taxa Selic, baixando R\$ 2 bilhões de seu saldo devedor. Este processo, somado à melhoria do desempenho arrecadador do Estado, permitiu uma condição financeira mais favorável, mesmo nos anos de crise e de recuperação lenta (CARVALHO, 2019, p.61).

Na segunda década deste século, o consumo de energia em Alagoas reflete as mudanças na estrutura interna e o desempenho de cada um dos segmentos econômicos entre os anos 2006 e 2018 (Tabela 6). O setor residencial, de melhor desempenho, duplica o consumo pela ampliação do número de ligações e entrada dos novos eletrodomésticos nos segmentos de menor renda; o setor comercial e de serviços cresce 85% com a expansão da rede de empreendimentos nesta área; o setor público (iluminação e administração) aumenta em 63% o consumo, principalmente das prefeituras. Os valores estacionários da indústria não refletem o setor sucroalcooleiro, que produz parte importante de seu próprio consumo e vive um momento de retração produtiva, nem da química (Braskem), que compra energia diretamente da Chesf.

Tabela 6 – Consumo de energia elétrica em Alagoas - Em GWh - 2006 a 2018

Ano/Classe	2006	2010	2015	2017	2018
Industrial	1.866	1.896	2.056	1.971	1.435
Residencial	695	926	1.326	1.394	1.667
Comercial	412	538	754	755	762
Poder Público	394	497	557	645	628
Rural	163	148	180	168	189
Outros	72	64	37	28	26
Total	3.602	4.005	4.910	4.960	4.709

Fonte: (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2004).

5 Mudanças Estruturais

Nestas duas décadas recentes, constata-se algumas claras tendências de mudanças na economia estadual. Na agropecuária, os dois grandes setores – cana-de-açúcar e pecuária bovina – apresentaram alterações: o sucroalcooleiro reduziu de tamanho e a pecuária ampliou sua especialização na atividade leiteira. Na área de recuo da cana, ocorre um processo de diversificação agrícola, sinalizando o futuro produtivo da zona da mata. Na área urbana, no setor industrial, a cadeia da química e do plástico vem se firmando como um segmento expressivo; por outro lado, vem acontecendo um processo de industrialização baseado nas MPE's, com um crescente número de empresas industriais e de construção. Na parte de comércio e serviços, a novidade é a consolidação do setor de turismo como alternativa econômica real e a formação de uma rede de grandes empresas atacadistas, atualmente no comando e organização do setor de comércio na área varejista.

A agricultura. A perda relativa de importância do setor sucroalcooleiro na economia estadual responde pela mudança mais significativa ocorrida neste período. Esse segmento tradicional está presente nos cinquenta municípios da zona da mata, produzindo a matéria-prima do açúcar e álcool de uma agroindústria representada por quase três dezenas de usinas e destilarias. Desde 2012, o setor sucroalcooleiro, sem investimentos, vem reduzindo os espaços agrícolas na zona da mata, diminuindo seu parque industrial e, por consequência, perdendo também competitividade e presença nas exportações.

No começo do século, este segmento, que na safra 1986 tinha ultrapassado Pernambuco como maior produtor de açúcar e álcool do Nordeste, foi beneficiado pelo “boom das *commodities*” (2003-2011), que fez subir seus preços no mercado internacional, estimulando suas exportações que, saltaram de US\$ 173 milhões, em 2000, para US\$ 1,3 bilhão em 2011. O setor canavieiro, respondendo a esta demanda, elevou a produção de 23 milhões de toneladas, em 2000, para uma safra recorde de 30 milhões de toneladas em 2011.

Passados os anos do “superciclo das *commodities*”, o setor sofre com as oscilações negativas do mercado internacional do açúcar e, no mercado interno, o álcool, com seus preços definidos no âmbito federal, perdeu competitividade ante a gasolina. A queda dos preços mundiais e nacionais de seus produtos coincide com um longo período de seca, entre os anos 2012 e 2016, que, mesmo centrada na região semiárida, atingia a zona da mata, diminuindo ainda mais a competitividade do setor. Passados os anos, o segmento foi encolhendo, sendo a área agrícola reduzida de 450 mil hectares plantados, em 2011, para menos de 300 mil em 2016; a produção de cana-de-açúcar caiu de 30 milhões para apenas 13 milhões na safra 2017/2018 e as vendas externas voltam para o patamar de uma década atrás, exportando menos de 600 milhões de dólares em 2017.

Neste processo, aconteceu o fechamento de algumas usinas e destilarias. Primeiro, as do grupo João Lyra - Guaxuma, Laginha e Uruba; logo depois uma segunda onda, com a paralisação das usinas Roçadinho, Cansação de Sinimbu, Triunfo e da destilaria Porto Alegre. Mais recentemente, fecharam as usinas Cachoeira, Paisa e Capricho. Essa queda influenciou o número de trabalhadores desempregados na indústria, assim como na parte agrícola, com a redução dos “cortadores de cana”, que formam o conjunto principal dessa atividade.

A segunda atividade no campo alagoano, a pecuária de leite, concentrada em 80% das áreas do agreste e sertão, vai se especializando na produção crescente da matéria-prima para seu parque industrial local: a rede de pequenos laticínios espalhadas por vários municípios, ou para as indústrias de Pernambuco e Sergipe. A pecuária de corte, baseada na zona da mata, onde ocupa áreas abandonadas pela cana, ainda não encontrou um perfil empresarial capaz de superar a baixa produtividade e as dificuldades de uma produção de carne marcada pelas irregularidades sanitárias.

Outro fato extraordinário em ocorrência na zona da mata é a diversificação agrícola, um processo de grande interesse dos estudos recentes da Secretaria do Planejamento e da Secretaria de Agricultura. A cana-de-açúcar, que já ocupou 680 mil hectares na safra 1986/1987, no auge do Proálcool, foi recuando das áreas menos produtivas, estabilizando-se nos 450 mil hectares na safra recorde de 2011. No entanto, a queda de 30% nos anos 2012/2018 é diferente do processo anterior, refletindo a incapacidade de se produzir mesmo nas áreas rentáveis. Nestas terras de recuo da zona canavieira, o processo de diversificação

vem se dando tanto com atividades comerciais, a exemplo da pecuária bovina, que já ocupa uma área maior que a cana, e do eucalipto, plantado em 40 municípios da zona da mata, pensados como matéria-prima para a indústria, ou como culturas alimentares permanentes (fruticultura) e temporárias (grãos, raízes e hortícolas) destinadas ao abastecimento regional. São muitas as alternativas: desde as culturas tradicionais da “roça” nordestina (milho, mandioca, batata, feijão, inhame), fruticultura (banana, mamão, coco, caju, melancia, manga, goiaba, maracujá), hortaliças (tomate, quiabo) até novos produtos (sorgo, soja, pimenta, amendoim, urucum). A diversificação está em pleno processo de aprendizado de mercado, com suas vendas para agroindústrias, ração animal, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou presente no abastecimento das feiras populares e supermercados (ALAGOAS, 2017; ALAGOAS, 2018).

A indústria. Na área industrial, dois fenômenos ocorreram nesta década: o surgimento da cadeia da química e do plástico e o processo da industrialização das MPE's. A indústria química em Alagoas deu um salto em 1977 com a inauguração da Salgema Indústrias Químicas, transformada em Braskem em 2002. Essa empresa abriria a possibilidade de instalação do Polo Cloroalcoolquímico de Alagoas (PCA), adiado pela conjuntura nacional dos anos 1980/1990 e pela concorrência dos polos de Camaçari (BA), Cubatão (SP) e Triunfo (RS). A Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (CPQP) que substituiu a ideia de um polo cloroalcoolquímico, surge a partir da empresa-matriz, Braskem, sexta maior petroquímica do mundo, proprietária da maior planta de processamento de cloro-soda e maior produtora de PVC da América Latina. A cadeia é formada por 17 indústrias químicas de primeira à terceira geração, mais 104 indústrias diversas a elas vinculadas, concentradas em Marechal Deodoro e Maceió (DIODATO, 2017).

Nestas quase duas décadas, houve o anúncio e o conseqüente esquecimento de muitos e grandes empreendimentos não realizados, desde refinaria de petróleo, novo porto marítimo, ferrovia, mineradora a estaleiro naval. Em lugar disso, no entanto, construiu-se, um dinâmico tecido industrial de micro e pequenas empresas. A partir de 2007, o novo sistema de arrecadação de tributo, o Simples Nacional, facilitou e desburocratizou o processo de legalização das microempresas. Em 2008, entrou em vigor o estatuto do microempreendedor individual, o MEI. Estes dois instrumentos legais agem intensamente na formalização das empresas de micro e pequeno portes, facilitando seu processo de inserção na rede financeira, no acesso à formação e assistência técnica e outros ganhos empresariais. O Simples e, logo depois, o MEI, entram no universo das MPE's e MEI's que tinham forte relação com o mercado consumidor regional nordestino, principalmente nos bairros das grandes cidades e localidades do interior, ultrapassando dois milhões de empreendimentos (ver Tabela 7).

Tabela 7 – MPE's e MEI's no Nordeste e em Alagoas - 2008 a 2018

	Nordeste		Alagoas	
	MPE	MEI	MPE	MEI
2008	429.799	-	23.608	-
2010	588.924	1.339	30.034	-
2012	1.108.938	384.913	59.396	23.583
2014	1.581.875	718.411	87.845	47.250
2016	1.946.133	1.127.664	105.718	66.584
2018	2.271.420	1.385.054	121.374	82.537

Fonte: (BRASIL, 2019).

Neste cenário, está ocorrendo em Alagoas a industrialização baseada em micro e pequenas empresas formalizadas e presentes em todo território alagoano. Em 2015, o Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios registrou 3.198 indústrias e 2.768 empresas de construção no universo das 50.652 MPE's existentes (ANUÁRIO DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS, 2017). Em novembro de 2018, a Junta Comercial de Alagoas anunciou, em seu Boletim Informativo, que o Estado possuía 168 mil empresas legalizadas, majoritariamente de comércio (80 mil) e serviços (66 mil). No entanto, revelando esse processo de formação de um novo tecido industrial, o Boletim também informa a existência de 13,6 mil empreendimentos que se declaram “indústria” e 8,4 mil de “construção” (FACILITA ALAGOAS, 2018). São MPE's industriais que produzem alimentos, bebidas, confecções, móveis e serralharia, material de

construção, de limpeza, objetos de decoração e muitas outras manufaturas em unidades de pequena dimensão e empresas atuantes nas áreas da construção popular.

Esse é um fenômeno ainda pouco trabalhado pelas instituições de desenvolvimento por suas características básicas: pertencem ao universo das MPE's, e estão espalhadas pelos bairros e cidades do interior, fora dos polos e distritos industriais, numa relação direta com seu público consumidor. Na pesquisa "Zoneamento Industrial de Alagoas - 2014", realizada pela Federação das Indústrias de Alagoas, esse movimento ainda não é captado. Na pesquisa, estão registradas 4.371 empresas desse setor, com predominância das padarias (1.040) e casas de farinha (720), que, ao lado das movelarias (464) construção (310) e confecções (100), representavam 78% das indústrias alagoanas. No tocante à mão de obra, o estudo chama a atenção para o reduzido tamanho dessas unidades: 83% tinham até 10 trabalhadores e, apenas 43 indústrias tinham mais de 300 funcionários, destacando-se o setor sucroalcooleiro, com suas 28 unidades na época, empregando 39% da mão de obra industrial.

A ampliação da rede das MPE's e dos MEI's, industriais, comerciais e de serviços, está diretamente relacionada com o processo da "bancarização" e a elevação da renda popular. Entre 2010 e 2014, a rede bancária nordestina cresceu de 2,6 mil para 3,6 mil agências; mas, pela característica regional de seu mercado de renda mais baixa, o mais significativo foi a ampliação do número de correspondentes bancários, que alcançou, em 2014, 45 mil postos de atendimentos, 22% do conjunto nacional. No mesmo ano, o sistema de microcrédito na região era responsável por 41% dos clientes nacionais e 51% do valor das carteiras identificadas (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2015).

O setor de serviços e comércio. Nestes anos, dois segmentos – turismo e distribuição comercial – destacaram-se na área comercial e de serviços. O turismo supera a visão marcada pelo viés de "potencial" para se consolidar como um setor importante da economia estadual, e o setor de distribuição comercial se transforma no mais importante segmento econômico de Alagoas. A constituição de um moderno grupo de empresas, organizadas na Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor de Alagoas (ACADEAL), resulta do aproveitamento, pelos atacadistas, da ampliação do varejo popular, nos seus dez mil postos de vendas (bares e lanchonetes, supermercados, lojas de material de construção, padarias, hotéis). Estas empresas representam o segmento de maior receita empresarial do Estado, com 47 de suas firmas (das 83 associadas) faturando 3,2 bilhões de reais, em 2018, superando, de longe, a receita de todas as empresas do tradicional setor sucroalcooleiro (REVISTA DISTRIBUIÇÃO, 2019).

A atividade turística impulsionou suas atividades nas duas últimas décadas, ancorada na melhoria da renda nacional, na ampliação da rede hoteleira e na oferta acessível de passagens e pacotes. Duas variáveis - o movimento de passageiros e a rede hoteleira - cresceram de forma exponencial nos anos recentes. O fluxo de passageiros nos aeroportos nordestinos crescendo de 6,3 milhões em 2004 para 33 milhões em 2014, saltando o de Alagoas (Zumbi dos Palmares) de 317 mil para 1,8 milhão de passageiros neste intervalo de tempo. A oferta hoteleira no Nordeste, pressionada pela demanda nacional, sobe ininterruptamente em duas décadas. O número de meios de hospedagem que, em 2002, tinha registrado na Embratur 606 unidades (hotéis, pousadas, etc.), dos quais 110 em Alagoas, eleva esse número e, praticamente, duplica de tamanho entre 2008 e 2018 (Tabela 8).

Tabela 8 – MPE's e MEI's no Nordeste e em Alagoas - 2008 a 2018

	Meios de Hospedagem		Unidades de Habitação		Leitos	
	NE	AL	NE	AL	NE	AL
2008	1.169	107	59.737	5.415	138.603	13.849
2012	1.454	150	67.788	6.384	156.360	15.504
2016	1.902	163	87.782	7.625	206.809	18.240
2018	2.229	296	95.536	10.506	222.775	24.979

Fonte: (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO, 2019).

6 Considerações Finais

Nenhum aspecto das mudanças regionais no período 2001-2014 teve mais destaque, nos meios de comunicação social e na produção acadêmica, do que a queda da pobreza e da miséria no âmbito regional. Neste período, os números foram reduzidos de maneira expressiva: quinze milhões de pobres e dez milhões de extremamente pobres a menos no Nordeste. No caso alagoano, a queda foi relativamente menor que a nordestina, mas, ainda assim, acompanhou a tendência regional (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de pobres no Nordeste e em Alagoas

Ano	Nordeste		Alagoas	
	Pobres	Extremamente Pobres	Pobres	Extremamente Pobres
2001	29.021.652	15.094.692	1.903.791	1.055.157
2005	27.488.316	12.416.917	1.853.577	946.177
2011	18.364.417	7.086.205	1.294.671	472.609
2014	14.089.775	4.912.849	1.046.441	399.675

Fonte: (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015).

Essa tendência é confirmada pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), revelando como a sociedade e a economia alagoana, na segunda década do século XXI, encontravam-se bem diferentes do ano 2000, com uma população mais urbanizada, menos pobre, com um nível maior de escolaridade e mais conectada, contemplando novas situações, a exemplo do número de residências com energia que saltou de 668 mil, em 2006, para um milhão em 2017. A universalização da energia elétrica, ao mesmo tempo em que permitiu a ampliação do consumo pela sociedade, também possibilitou a esta ficar mais atendida. Em 2016, 61% dos nordestinos e 59% dos alagoanos se conectavam à Internet; o número de celulares cresceu no “boom do consumo” de 700 mil, em 2005, para 4,2 milhões em 2014; e, mesmo caindo para 2,9 milhões em 2019, continuou a fazer parte do cotidiano da maioria das famílias de baixa renda (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2019).

A queda da pobreza e a melhoria dos indicadores sociais nas áreas de educação e saúde fizeram com que, em 2010, o IDH-M subisse mais rapidamente em relação ao período 1991-2000. No entanto, Alagoas permaneceu como o mais baixo IDH-M do País, mesmo saindo do nível “baixo” para “médio” de desenvolvimento (Tabela 10).

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano

Ano	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,174	0,282	0,520
IDHM Longevidade	0,552	0,647	0,755
IDHM Renda	0,527	0,574	0,641
IDHM	0,370	0,471	0,631

Fonte: (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Nos anos pós-Censo de 2010, Alagoas apresentou um processo de evolução positiva de seus indicadores sociais – analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida –, estes dois últimos sob a influência da melhoria de renda e da cobertura de 83% da população pelo SUS, apontando para uma possibilidade de convergência com os índices médios nordestinos, o que fazia antever um melhor resultado no IDH-M em 2020. No entanto, a pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais 2018”, do IBGE, revelou que, em função da crise econômica do período recente, da deterioração do mercado de trabalho e da queda da renda, mais os cortes orçamentários federais, ocorreu um crescimento nacional da pobreza, entre os anos 2016 e 2017, rompendo com a série dos anos de redução desse fenômeno,

fazendo o Nordeste voltar a ter 44,8% pobres e Alagoas alcançar 48,9% de pessoas de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2018).

Tomando estas quase duas décadas como um longo período a ser analisado, podemos notar o quanto a economia alagoana sofreu mudanças, diversificando sua produção, e a sociedade ficou mais complexa e resistente. Com essas mudanças, a seca de 2012-2016, considerada uma das maiores do século, não apresentou nenhuma das cenas antigas de saques ou retirantes, nem as sequelas das estiagens prolongadas do passado. Em perspectiva, neste novo quadro econômico e social dos anos de recessão e recuperação lenta, pelos estreitos vínculos com a economia brasileira e regional, os próximos resultados relacionados ao investimento, emprego, renda e diminuição da pobreza continuarão dependendo, tal como nas etapas anteriores, do desempenho da economia nacional. As alterações no quadro nacional influenciam a realidade nordestina e esta poderá ou não mobilizar a economia alagoana na resolução de seus problemas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Dados**. 2019. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/institucional/>. Acesso em: 20 maio 2019.

ALAGOAS. Secretaria da Agricultura. **Diversificação Agrícola na Zona Canavieira de Alagoas**. Texto mimeografado. Maceió: SEAGRI, 2018.

ALAGOAS. Secretaria do Planejamento. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira de Alagoas**. Maceió: NEP/SEPLAG, 2017.

ANUÁRIO DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS: 2015. 8 ed. Brasília: DIEESE, 2017. ISSN 1983-2095.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO 2019. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, v.46, 2018. Ano Base 2018. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

ANUÁRIO RAIS. MTE, 2018. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em: 21. dezembro 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Anuário Estatístico. [2018]. Versão interativa. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>. Acesso em: 21 dezembro 2019.

BOLETIM REGIONAL. Brasília: Banco Central do Brasil, v.13, n.2, abr. 2019. ISSN 2175-9278. Trimestral. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boletimregional>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatórios de Informações Sociais**. abr. 2019. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Receita Federal. **Simples Nacional**. 2019. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Previdência. **Estatísticas**. Secretaria de Previdência, maio 2013. Publicado no site em 1 de maio 2013. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/>. Acesso em: 26 maio 2019.

CARVALHO, C.P. **Economia Popular**: uma via de modernização de Alagoas. 8 ed. Maceió: Edufal, 2019.

DIODATO, R. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ELETOBRAS. **Programa Luz para Todos**. c2017. Disponível em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Luz-para-Todos.aspx>. Acesso em: 27 maio 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário Estatístico**. [2004]. Versão interativa. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>. Acesso em: 21 maio 2019.

ENDIVIDAMENTO dos estados do nordeste em 2018. **Diário Econômico**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano II, n. 31, 26 abr. 2019. ISSN 2594-7338. Publicação Diária. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/publicacoes-editadas-pelo-etene/diario-economico-etene/diario-economico-2019>. Acesso em: 21 maio 2019.

FACILITA ALAGOAS. Maceió: JUCEAL, ano v, ed.36, nov. 2018. Informativos da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL). Disponível em: <http://www.juceal.al.gov.br/institucional/informativos>. Acesso em: 19 maio 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Zoneamento Industrial de Alagoas**: 2014. Maceió: FIEA, 2014. Disponível em: <http://www.al.senai.br/public/documentos/zoneamento-industrial.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: SIS. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=sobre>. Acesso em: 21 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**: SCR. Rio de Janeiro: IBGE, 2002-2017. Série Contas Regionais do Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em: 18 dezembro 2019a. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Rio de Janeiro: IPEA, c2006. Base de dados: Macroeconômico; Regional; Social. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 24 abr. 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, ed. mar. 2019. Mensal. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 maio 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 maio 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. São Paulo: Ed.Unesp, 2014.

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA. Brasília: Banco Central do Brasil, n.3, 2015. ISSN 2179-6696. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>. Acesso em: 17 maio 2019.

REVISTA DISTRIBUIÇÃO. São Paulo: ABAD, ed. 308, n.27, maio 2019.

SALÁRIO MÍNIMO de 2016 é R\$880,00. **Nota Técnica**. São Paulo: DIEESE, n.153, dez. 2016.

